

TRABALHADORES E COMUNICAÇÃO: A ZONA DA MATA EM PERNAMBUCO

MARIA DO SOCORRO DE ABREU E LIMA¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: Este artigo trata da comunicação sindical, especificamente dos trabalhadores rurais da região canavieira de Pernambuco durante o período da ditadura. Buscando promover a participação, organização e luta por direitos, é possível utilizar-se de diversos meios: programas de rádio, jornais, panfletos, encenações, etc., num trabalho de formação, de divulgação ou de propaganda, fundamentais para o movimento sindical.

Palavras-chave: Comunicação sindical; canavieiros; organização.

Abstract: This article deals with trade union communication, specifically among rural workers in the sugar cane area of Pernambuco during the period of the military dictatorship. Efforts to promote participation, organization, and the struggle for rights employed various media: radio programs, newspapers, pamphlets, shows, etc., to foster education and to disseminate information about their purposes, all of fundamental importance to the trade union movement.

Keywords: Trade unions communication; sugar workers; organization.

Embora os grandes meios de comunicação tentem passar a idéia de que as notícias por eles veiculadas representam os fatos importantes que ocorreram e que são de interesse de todos, apresentados de forma

isenta e esclarecedora, sabemos que não existe neutralidade, nem na seleção, na interpretação ou no relato dos acontecimentos.² A maneira como se noticia, as palavras que são usadas, as análises que são feitas, as dúvidas ou omissões, tudo colabora para que o leitor tenha determinada impressão a respeito daquele assunto, e se posicione de acordo com o que a linha editorial do jornal ou da rede de televisão deseja. Mesmo considerando que as pessoas, a partir de seu conhecimento e suas vivências, desenvolvem uma maneira própria de receber e processar essas mensagens, a intenção daqueles que emitem uma notícia permanece.

Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito aos acontecimentos ligados aos interesses dos trabalhadores. Suas análises, reivindicações e propostas freqüentemente estão em conflito com a dos proprietários dos meios de produção, mesmo que estes procurem passar a idéia contrária, de que os interesses de ambos são comuns, de que o trabalhador precisa do capital para sua própria subsistência, e não o contrário, de que capital e trabalho devem viver em harmonia, etc. Claro que isso é um campo perene de disputas, no plano das idéias e das ações. E que parte do movimento sindical dos trabalhadores, ao longo da história, mostrou-se imobilista, reformista ou conciliadora. Como também ocorreu o contrário, com outra parcela dos assalariados, que procurava ter uma visão mais objetiva das relações capital *versus* trabalho, chegando muitas vezes a uma crítica radical do capitalismo e à defesa clara do socialismo e da revolução como perspectiva possível de realização.³

Mas tanto os revolucionários quanto os reformistas perceberam a necessidade de desenvolver seus próprios meios de comunicação, de transmitir diretamente suas mensagens, de posicionar-se em relação aos acontecimentos.

Obviamente que as dificuldades foram muitas, a começar pelo caráter financeiro. Mas não só. Se pensarmos na formação do operariado no Brasil, havia problemas que iam do analfabetismo aos distintos idiomas falados pelos imigrantes, do pequeno número de trabalhadores em algumas categorias, ou sua dispersão por muitas pequenas fábricas, até a falta de unidade entre si, em outras. Mesmo assim, a criação de uma imprensa própria era objetivo perseguido pelas diversas categorias e correntes de pensamento, presentes no movimento sindical. Conforme Ferreira,

“Praticamente para cada entidade criavam um jornal. A proliferação dessa imprensa, precursora da imprensa operária do nosso século [XX], foi o ponto alto da ação anarquista no Brasil... do último quartel do século XIX até as duas primeiras décadas do século atual [XX], apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 títulos encontravam-se no estado de São Paulo, dos quais 22 se publicavam fora da capital; 100 títulos se editavam no Rio de Janeiro, apenas 7 jornais situavam-se fora da capital e 94 títulos encontravam-se distribuídos pelos outros estados, destacando-se dentre outros o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.”⁴

Os jornais eram feitos por operários e intelectuais de esquerda – anarquistas, anarco-sindicalistas e socialistas.

A partir da Revolução Bolchevique de 1917, os comunistas vão ampliar sua influência no mundo e, na década de 20, é cada vez maior sua atuação no meio sindical.

A produção de jornais e boletins aumenta na década de 30, quando é intensa a disputa político-ideológica, particularmente entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. Com a instauração do Estado Novo a repressão, que já era intensa contra aqueles que faziam oposição a Getúlio Vargas, particularmente os setores de esquerda, desde o fechamento da ANL e o levante comunista de 1935, se generaliza. Os meios de comunicação sofrem censura, os sindicatos são dirigidos por pelegos ligados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Estas entidades deveriam se portar como auxiliares do Estado, com vistas a colaborar com o patronato e amortecer as possíveis lutas da classe trabalhadora. É promulgada, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, tendo como propósito legislar sobre os direitos dos trabalhadores urbanos, minoria da mão-de-obra nacional. O patronato, acostumado a agir arbitrariamente, recusa-se, no geral, a cumprir essa legislação.

A partir de 1945, com a chamada redemocratização, os trabalhadores gozam de maior liberdade, tendo, inclusive, o Partido Comunista, obtido sua legalidade, que só dura até 1947, quando do início da Guerra Fria. Mesmo assim, as possibilidades de atuação

dos trabalhadores e a participação política mais geral da sociedade se desenvolvem num crescendo de 1945 a 1964. O que também acontece com a comunicação sindical, e a imprensa de esquerda. Em Pernambuco, por exemplo, os comunistas dirigiam um jornal diário chamado Folha do Povo, o sindicato dos tecelões possuía seu informativo chamado O Tear, e o sindicato dos comerciários chegou a publicar alguns números de um periódico dirigido às suas associadas, chamado Letras Femininas.

Enquanto o primeiro se preocupava em denunciar a exploração dos trabalhadores do ponto de vista da luta de classes, O Tear, cuja direção esteve, por muito tempo, em mãos de um dirigente petebista que representava a concepção ministerialista de colaboração de classes, procurava minimizar os problemas apontando, geralmente, para uma possível solução, nem sempre em benefício da categoria representada por aquele sindicato, como é possível perceber neste artigo, de autoria da professora do curso de datilografia mantido pelo sindicato:

“...Não é inteligente o trabalhador que pretende sonhar mais do que merece, pois em breve ele teria esgotado os recursos do produtor ou viria obrigá-lo a aumentar o preço dos seus produtos em prejuízo de todos os consumidores. Também seria incosequente o procedimento do produtor que, dominado por lucros altos ou ostentando ou excedendo com gastos fosse esgotando a capacidade aquisitiva do consumidor. Donde se conclui que Capital e Trabalho, assim como produtor e consumidor devem sempre andar de mãos dadas, como verdadeiros sócios da mesma empresa. Um não poderá existir sem o outro. Até mesmo a pobreza e a riqueza são peças do mesmo sistema. O pobre não poderá viver onde não houver o rico. Este jamais poderá viver sem o concurso do pobre...”²⁵

Já o jornal Letras Femininas procurava levar às suas associadas informações, artigos educativos, poesias etc. que possibilitassem uma reflexão mais direcionada para o papel da mulher na sociedade não só na família, mas também enquanto trabalhadora, incentivando sua participação no sindicato e a luta por seus direitos, e isso em 1949.

Há algo, porém, que está presente em todas essas publicações: a preocupação em informar aos seus leitores sobre a legislação trabalhista e os direitos concernentes aos trabalhadores. O que demonstra que a

Justiça do Trabalho era considerada uma possibilidade concreta para se recorrer, talvez um mecanismo mais acessível e menos arriscado para o trabalhador que, pensando-se amparado pela lei e orientado pelo sindicato, sentir-se-ia menos inseguro para enfrentar o patrão. E que esses veículos de comunicação consideravam importante esclarecer os trabalhadores quanto a seus direitos, vendo nisso uma obrigação e uma oportunidade de serem aceitos e reconhecidos como lideranças em suas respectivas áreas de influência.

No que diz respeito ao mundo rural, as dificuldades de luta e organização eram bem maiores. Embora o Estado Novo tivesse, em novembro de 1944, regulamentado a sindicalização rural através do decreto-lei 7.038, atrelando-a a CLT, na prática isso não funcionou: eram muitas as dificuldades de ordem burocrática; os proprietários rurais resistiam a qualquer tentativa de organização dos trabalhadores rurais e a polícia se encarregava de perseguir e prender aqueles que tentassem “promover agitação” no campo.⁶ De tal modo que, em Pernambuco, apenas o sindicato de Barreiros, na Mata Sul, que englobava também os municípios de Serinhaém e Rio Formoso, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho ainda nos anos 50.

Apesar disso, os camponeses produziam seus boletins e periódicos, muitas vezes invocando o direito à aplicação de algumas leis trabalhistas. As ligas camponesas, organizadas com base no código civil e que reivindicavam, inicialmente, o direito de permanecerem nas terras arrendadas e o pagamento pelas benfeitorias feitas em caso de rescisão de contrato, tinham um jornal, no início dos anos 60, chamado A Liga. Publicavam boletins e pequenos livros de orientação para seus associados nos quais tratavam de várias questões, não só sobre as ligas, mas também relacionadas ao bom funcionamento do sindicato, nos quais pretendiam influir:

“...Já dizia Camões que fraco rei faz fraca a forte gente. Como deve ser o Presidente de um Sindicato? Deve ser honesto, leal corajoso ativo e fiel ao sindicato até a morte. Deve ser moderado no beber e inimigo do jogo. Principalmente do baralho e do bozó. Quem se embriaga se desmoraliza e atinge a direção do sindicato. E quem joga corre o risco de perder o que é seu e ainda sacrificar o patrimônio do sindicato. Não pode adotar dois pesos e

duas medidas como regra. Entre os teus companheiros sempre sobra quem reúne essas qualidades. É só escolher, como quem escolhe a semente para plantar. A gente separa a melhor e põe na terra. E daí nasce a boa espiga, a boa vagem e o bom fruto. Ora, quem elege o Presidente do Sindicato? Tu. Junto com teus companheiros. Portanto, a solução está contigo. Está com todos.”⁷

Ao procurar orientar a postura que deveriam ter os diretores de sindicatos, Julião coloca um problema que o sindicalismo rural não ligado à Igreja Católica apresentava: a pouca formação política e, muitas vezes, pessoal daqueles que se aproximavam do movimento e que, por sua combatividade e disposição, tornavam-se suas lideranças. Sendo uma questão relativa ao sindicato, era, por extensão, uma responsabilidade daqueles que o formavam, ou seja, os trabalhadores como um todo, o conjunto dos trabalhadores que, conscientes, deveriam dirigir, de acordo com os seus interesses, o próprio sindicato.

Com o golpe de 64 viveu-se mais um período de extrema repressão e cerceamento das liberdades no país. Muitos sindicatos sofreram intervenção, tanto no campo como na cidade. Várias lideranças foram presas, perseguidas, exiladas, torturadas e mortas já nesse momento, mas particularmente após o ato institucional nº 5, de dezembro de 1968.

Se, num primeiro momento, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE),⁸ sentiu que seu espaço de atuação poderia crescer na medida em que as ligas camponesas foram fechadas e os sindicatos rurais de esquerda tiveram suas lideranças impedidas, de diversas formas, de atuar, posteriormente foram tomando consciência da gravidade do acontecimento. Afinal, a ditadura fora implantada para impedir mudanças mais profundas em favor das classes trabalhadoras, do campo e da cidade. E os proprietários de terra, ciosos de seus interesses, intensificaram a perseguição que já faziam aos que exigiam direitos e cidadania. Boa parte do sindicalismo rural tornou-se colaboradora dos órgãos públicos e do patronato.⁹ Mas existiram alguns focos de resistência, e a necessidade de comunicação com a categoria tornou-se, mais uma vez, fundamental.

Sendo a maioria dos trabalhadores rurais analfabeta, mesmo contando com uma leitura coletiva dos boletins, nem sempre era possível

atingir a todos, moradores de engenhos e comunidades rurais. Então, surgiu no movimento sindical a idéia de falar aos trabalhadores, levar a mensagem do sindicato, dar um mínimo de orientação acerca dos seus direitos através da utilização de programas de rádio, que começaram na Zona da Mata em 1970.¹⁰ Esses programas eram produzidos em todo o estado, particularmente nas cidades consideradas pólos sindicais. Na zona canavieira, havia programas transmitidos pela rádio Planalto, de Carpina; já a Mata sul se ligara ao município de Vitória de Santo Antão, para suas transmissões.

Os sindicatos criaram estes programas para darem avisos, convidarem para reuniões (na época não se podia fazer reunião nos engenhos, só nos sindicatos), esclarecerem sobre a legislação trabalhista no que dizia respeito ao homem do campo.

As entidades se cotizavam para pagar um programa na rádio e a recomendação das emissoras era de que, nos programas, o sindicato não poderia fazer agitação. A tática usada pelas entidades era divulgar apenas o que estava na lei, nos estatutos dos sindicatos. Dessa forma as emissoras não pressionavam e a FETAPE pôde, assim, ir fazendo um trabalho de conscientização e de incentivo à participação do trabalhador através da leitura e explicação do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra, etc.

No geral, o diretor do sindicato ia para a rádio e lia o texto, dava os avisos, colocava uma música. Quando o dirigente tinha dificuldades, outra pessoa, de sua confiança, fazia a leitura, muitas vezes, um assessor. A emissora ficava com uma cópia do texto. Foi criado um personagem, Zé Caboclo, que representava um trabalhador comum que tinha muitos problemas e era pouco esclarecido, conforme entrevista:

“Ele ia para o sindicato para esclarecer as questões, levava o sindicato para fazer reunião na casa dele, onde se discutia e tiravam encaminhamentos: ... Ah, Zé Caboclo, como é que é, rapaz? Que você tem, tá triste hoje? Tu teve alguma notícia ruim? Que nada, rapaz, vá ao sindicato pedir esclarecimento, isso num é problema não. – Ah, mas o gado do fazendeiro comeu meu pasto, comeu minha rocinha... – Ah, mas tem advogado. – Ah, mas pobre num tem vez! – Teeeem, rapaz! Aí chegava alguém esclarecendo ele. E eu vou dizer uma coisa, era

muito interessante. Vou dizer a você, eu andava no sítio, o povo me chamava de Zé Caboclo.”¹¹

Posteriormente os programas foram se tornando mais dinâmicos, contando com a participação de jovens bolsistas que passaram a trabalhar como locutores ou ajudando a fazer *scripts* para a produção de novelas, cuja duração era de quinze a vinte minutos em cada programa.

Nas novelas, procurava-se criar situações com as quais o trabalhador se identificasse:

“Zé Caboclo trabalhava numa propriedade, numa fazenda. Foi despejado, procurou os direitos dele; no sindicato, o sindicato com medo não informou os direitos dele. A polícia foi despejar ele da propriedade, ele reagiu contra o despejo mas ficou sozinho, não tinha a solidariedade dos companheiros. (Aí aparece menino chorando, a mulher também chorando). Vai para o sindicato (o sindicato faz a maior zoadá lá dentro, choro, essa coisa toda). Quer dizer, é uma história que a gente botou no papel.”¹²

Cada história rendia vários capítulos. No caso desta, começa quando ele entrou no sítio para trabalhar, por quê fazia esse tipo de trabalho, o pagamento da renda do sítio, a ganância do patrão, o despejo, autorizado por um juiz, etc. Ao final de cada capítulo, havia uma espécie de lição, do tipo:

“... Sei que aprenderam muita coisa sobre o direito de férias. Quem sabe mais, deve ensinar a quem sabe menos. O que sabe mais não deve se orgulhar pensando que sabe tudo. Há sempre alguma coisa para se aprender”... E fazia o chamamento para o próximo capítulo:

“... Será que o Antônio vai ensinar ao seu companheiro o que ele aprendeu? Será que ele vai voltar ao sindicato outra vez? Escute o próximo capítulo, nesse mesmo horário.”¹³

Como se pode perceber, ao informar sobre os direitos do trabalhador o programa procura claramente formá-lo, num processo que inclui a idéia da responsabilidade que cabe àqueles que têm mais conhecimento em relação aos que não têm. A visão de que o sindicato deve amparar e acolher o trabalhador explorado, oprimido e enganado

pelo proprietário ou mesmo os poderes públicos, como no exemplo anterior, e assim vai.

Em meados dos anos 70 acabaram-se as novelas. Alguns dirigentes mais temerosos consideravam que as novelas estavam promovendo agitação ou que questionavam, às vezes, o agir do próprio sindicato sob sua orientação. O programa passou a ser feito na base do diálogo, tendo se formado uma equipe para organizá-lo em torno da divulgação dos direitos dos trabalhadores rurais.

Já na década de 80, diante do avanço das lutas e da organização dos trabalhadores, criou-se o personagem Zé Pitada, que representava os diretores acomodados e autoritários:

“Por falar em luta organizada, lembrei-me do diretor Zé Pitada. Você não sabe da nova... Acontece que os trabalhadores exigiram do Zé Pitada o compromisso firme de defender a luta pela Reforma Agrária. Exigiram sua presença nos engenhos, sítios e comunidades. Exigiram reunião com os trabalhadores nos locais de trabalho. Mas a vida de Zé Pitada é jogar dominó Dentro do sindicato, tomar pinga e dar grito nos trabalhadores. Com o aperto dado pelos trabalhadores, Zé Pitada não agüentou a parada, pediu uma licença e danou-se do sindicato, dizendo que ia tratar do coração. (Gargalhadas)

É isso aí, companheiro. Trabalhador unido jamais será vencido.”¹⁴

Ao viver-se outra conjuntura política, resultante do desgaste da própria ditadura, do contexto internacional e das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, assim como por direitos e liberdades democráticas, assumidas pelos opositores do regime, era possível, também, uma ofensiva maior contra os pelegos que dirigiam inúmeros sindicatos ao longo desse período. Este personagem é expressão não só desse novo quadro político como também indica uma iniciativa maior da própria federação com vistas a denunciar esse tipo de prática e incentivar a derrubada dessas pessoas, sem compromisso com a categoria e que, muitas vezes, utilizava-se do sindicalismo para auferir vantagens pessoais e financeiras.

Além dos programas de rádio, que existem até hoje, os trabalhadores rurais produzem boletins, jornais, cartazes, panfletos,

revistas. E músicas, muitas músicas, às vezes inserindo uma outra letra em alguma música bem conhecida, cantadas particularmente nos encontros de mulheres.

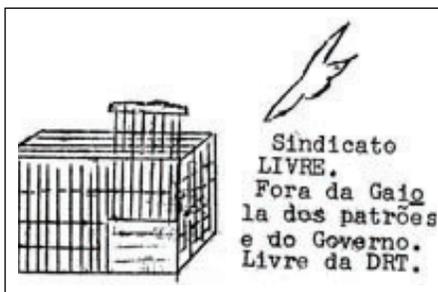
A comunicação nos movimentos sociais, e nos sindicatos em particular, se processa de maneira dialógica, dinâmica, a partir das próprias práticas cotidianas da vida dos trabalhadores. Ou seja, sendo fundamental a criação de veículos que levem as informações e análises para toda a categoria, a comunicação também se dá por outras vias: as conversas, reuniões, os discursos, as ações dos dirigentes e sua postura diante dos problemas e conflitos enfrentados pelos trabalhadores, etc. É através desse tipo de comunicação/ação que os trabalhadores se colocam, se organizam, se mobilizam e constroem suas entidades.¹⁵

Através de seus meios de comunicação podemos encontrar, entre outras coisas, relatos sobre suas condições de vida e trabalho, denúncias sobre as injustiças que sofrem. Registros de suas principais lutas e encaminhamentos com relação às suas reivindicações e propostas, orientações sobre seus direitos.

Ao utilizar-se desses meios, a entidade também procura sensibilizar a própria categoria, unificá-la, fornecer-lhe argumentos, enaltecer sua capacidade de resistência, dar-lhe autoconfiança, fundamentá-la para uma ação legítima, porque justa, e legal, porque amparada na legislação trabalhista.

Para isso recorreram também a veículos impressos, partindo-se da idéia de que, num meio pouco alfabetizado, a leitura coletiva dá margem, necessariamente, ao debate, tendo, assim, o papel não só de informar, mas de incentivar a discussão e, portanto, a reflexão coletiva. Isto era feito principalmente pelos jornais da Federação. No final dos anos 70 a FETAPE passou a publicar O VAGALUME, cujo nome já é bastante significativo.

Impresso em mimeógrafo a tinta (muito comum na época), procurava proporcionar um visual menos carregado, recorrendo-se a algumas ilustrações feitas com essa finalidade. Eram desenhos que, por si sós, podiam levar a uma discussão:



16



17



18



19

O primeiro desenho ilustra um artigo que trata do que significa o sindicalismo atrelado a CLT, como órgão assistencialista ligado à previdência social, “um pai bonzinho que distribui benefícios”. E conclama a fazer um sindicalismo de luta.

O segundo, que precisa ser lido, procura mostrar a verdadeira face do patronato, o descaso com relação aos trabalhadores e à sua capacidade de luta, tendo presente o autoritarismo secular na região: fazer uma greve seria um “atrevimento”, considerando-se as relações sociais de dominação presentes na zona da Mata. Os canaveiros, vivendo numa tal precariedade, não teriam condições de sustentar uma mobilização desse

porte, de acordo com os padrões. Para eles, a solidariedade e a capacidade de luta não fazem parte do universo do trabalhador. Interessante pensar, no diálogo, na idéia de que um dos proprietários vestiria uma saia (imagine!) caso a greve fosse deflagrada. Jocosos, embora ao mesmo tempo machistas, por certo trouxe boas gargalhadas para quem o leu.

A terceira imagem procura retomar a questão da reforma agrária, bandeira sempre presente no movimento dos trabalhadores rurais. As ligas camponesas falavam de “reforma agrária na lei ou na marra”. Os comunistas colocavam sua necessidade para as massas: na década de 30, por exemplo, através do programa da Aliança Nacional Libertadora. Outras forças de esquerda, como os trotskistas, propunham a ocupação de terras. E os sindicalistas ligados à Igreja Católica também falavam nela com veemência. O desenho da capa do jornal ilustra o artigo que vem a seguir, uma conversa com o doutor Nelson Chaves, da UFPE, sobre problemas de saúde ligados à desnutrição, apontando a urgência da reforma agrária para acabar com a fome e fixar o homem no campo, produzindo alimentos e barateando seus preços. A palavra do doutor implica o uso do princípio de autoridade: ele é quem sabe já que, sendo médico, tinha conhecimento, estudara para isso e sua palavra seria, dessa forma, inquestionável. No caso concreto, isso também permite ao jornal ser considerado um veículo de maior credibilidade.

O quarto desenho é a capa de uma publicação que será comentada adiante. De qualquer modo, já se percebe o que pretende demonstrar: como a cana, que poderia ser considerada um instrumento de vida, pois é dela, de seu plantio, de sua colheita, que vive o canavieiro, é um veículo de morte, pois é dela que o sangue (do trabalhador) se esvai, pela violência do latifúndio, pelos crimes de vários proprietários da região contra trabalhadores cujos direitos não são respeitados e cujas vidas são ceifadas impunemente.

Outro meio importante de propaganda usado pelos trabalhadores rurais foi a literatura de cordel. As ligas camponesas já recorriam a ela antes de 64. No período da ditadura, falar das lutas em prosa e em verso, principalmente nas épocas de grandes mobilizações, tornou-se frequente, com muitos camponeses mostrando seus dotes nas rimas que faziam, no conteúdo que desenvolviam, no sentido que davam aos seus poemas.

Quando da greve dos canavieiros de São Lourenço e Paudalho, ocorrida em 1979, fez sucesso uma poesia escrita por Edite Alves da Silva, esposa de um grevista, que dizia:

“Minha gente vamos ver /essa greve em que vai dar/ ou paga nosso DIREITO/ ou a empresa vai fechar/ que o trabalhador rural/ não faz para desmanchar.
Quem quer a greve é a fome/ que nós não vamos agüentar/ o salário muito pouco/ mão dá para nós passar/ ou dá o valor que nós tem/ ou a greve não acabará.
Os patrão vá desculpando/ tudo que eu vou descrever/ esta greve que fazemos/ a culpa está em você/ pague os direitos certo/ e outra greve não vai ter.”²⁰

E ainda, alguns versos de Severino Rodrigues de Lima, conhecido como Beija-Flor, sobre o processo de decretação da greve, que, de acordo com as normas da legislação em vigor durante a ditadura, obrigava a uma votação secreta para decidir como a categoria iria se posicionar a respeito:

“Começou a votação/ quase não tinha fim/ existia duas chapas/ uma boa e outra ruim/ a amarela dizia NÃO/ e a verde dizia SIM.
O povo dizia SIM/ não voto na chapa NÃO/ vou votar na chapa verde/ que é nossa salvação/ a verdinha é da pobreza/ a amarela é do patrão.”²¹

Utilizada não só em relatos ou nas grandes ocasiões, a poesia era também um meio importante no processo de conscientização dos trabalhadores que, como parte de suas tradições e sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica, recorriam com certa frequência a imagens religiosas:

“São José bom carpinteiro/ pai adotivo do amor/ honraste como ninguém/ a luta do agricultor/ neste mundo de incerteza/ nos ajudai na defesa/ do homem trabalhador.
(...)
Mas até que um dia ele/ procurando solução/ pensou em sair das trevas/ pediu a Deus proteção/ e entre os outros encontrou/ força, coragem e ação.
Enfrentou medo e rigor/ perseguição e boato/ reuniu-se aos companheiros/ da vila, cidade e mato/ com amor de bom irmão/ era unir-se em sindicato”²².

“(…) Ninguém nasce pra sofrer/ Você pode acreditar/ Jesus Cristo lhe ajuda/ Mas você tem que lutar/ Quem luta tem esperança/ De um dia se libertar. (...)
Você é quem tira a conta/ Trabalha de cambiteiro/ Corta a cana e limpa mato/ Trabalha até de carreiro/ Derrama tanto suor/ Porque não ganha dinheiro?
Sobe tudo todo dia/ Parece uma brincadeira/ Trabalha um pai de família/ De segunda a sexta-feira/ E quando vai fazer compras/ Só falta endoidar na feira.
De um lado vem o patrão/ Que não quer pagar direito/ Do outro lado o governo/ Aperta do mesmo jeito/ A carestia matando/ O trabalhador do EITO.”²³

Ao fazer referência a São José, no primeiro poema, recorre-se a um santo visto como referência para os agricultores no Nordeste: é no dia dedicado a ele, 19 de março, que se faz o plantio do milho na região, que deverá ser colhido para os festejos juninos. E coloca a união no sindicato como algo abençoado, já que representa uma “união de bom irmão”, segundo os ensinamentos de Cristo de que somos todos irmãos.

No segundo, a figura de Jesus está presente como uma ajuda, um incentivo, um chamamento a uma ação que compete ao trabalhador: “*mas você tem que lutar*”. Ao criticar o patronato, “*que não quer pagar direito*”, chama também a atenção para o governo, que não toma medidas favoráveis ao trabalhador e ainda permite o aumento constante dos preços: o trabalhador do eito ganha pouco e ainda enfrenta a carestia de vida, pelo pouco caso do governo.

Também aqui chama a atenção a denúncia contra o governo. No início dos anos 80 a ditadura está sendo questionada praticamente de todos os lados e os canavieiros apontam sua responsabilidade na exploração e opressão por eles vivida. Nesse período outras lutas eram levadas pelos trabalhadores rurais, como era o caso do movimento das barragens, no sertão do São Francisco. Aí também muitas denúncias eram feitas, sob a forma de poesia, contra o governo e contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que pretendia desapropriar os moradores para a construção de mais uma barragem sem considerar os interesses da população prejudicada.

O veio poético dos camponeses da região é evidente inclusive no seu dia-a-dia. A cantoria e o repente são traços culturais importantes nessas populações nordestinas.

Retomando a questão de que a necessidade de uma imprensa própria é algo imperioso para os trabalhadores, é importante fazer menção ainda a uma publicação produzida pela Federação sobre a violência na zona canavieira de Pernambuco, em 1984. Como já foi ressaltado, vivia-se, na época, outra conjuntura política. O clima de maior liberdade e autonomia na prática do movimento sindical, com a fundação de centrais sindicais; a atuação de diferentes partidos políticos (embora os partidos comunistas ainda não houvessem sido legalizados); o fim da censura; a promulgação da anistia e a volta dos exilados; as eleições diretas para governador em 1982; as greves levadas por diferentes categorias em todo o país, em especial a dos próprios canavieiros, por exemplo, eram aspectos que criavam a possibilidade de que os trabalhadores rurais seriam mais respeitados e menos perseguidos. E também uma certa expectativa quanto à punição dos assassinos e mandantes de crimes contra esses trabalhadores, particularmente na zona da Mata de Pernambuco. Boa parte dos proprietários, contudo, mostrava-se inconformada com as conquistas dos canavieiros, de tal forma que a violência aumentou.

Diante disso, adotando uma atitude de coragem e ousadia, foi elaborado o referido caderno, cujo título era bastante questionador: *Açúcar com gosto de sangue*. Seu objetivo era denunciar a violência contra os trabalhadores rurais de vários engenhos, visando a própria denúncia dos crimes (e sua divulgação em nível internacional), assim como intimidar os assassinos e mandantes, para que esses crimes deixassem de acontecer. Os meios de comunicação noticiavam esses acontecimentos. A diferença está em que o material da FETAPE também denuncia a ineficácia dos inquéritos policiais, já que todos, sem exceção, caracterizavam esta violência como “*brigas entre trabalhadores*”, assim como aponta a ineficácia da ação do Estado em por fim a esta absurda situação.²⁴ Dessa forma, procura intensificar a cobrança ao governo e impedir a continuidade desses abusos e crimes.

A violência contra os trabalhadores não foi resolvida até hoje. Todos os anos, a Comissão Pastoral da Terra publica um livro relativo à violência no campo, considerando o conjunto do país. Este papel de

denúncia, de cobrança do Estado, de divulgação em termos internacionais cabe às entidades fazê-lo. Na tentativa de aglutinar outros setores democráticos e populares, que fortaleçam esta demanda, tornando-a uma exigência da própria sociedade.

Obviamente, também os meios usados para a comunicação de um sindicato expressam as concepções hegemônicas presentes nesta entidade, as análises colocadas representam as diferentes forças políticas aí existentes, e em disputa, naquela categoria. E para nós, da História, a voz dos que não têm acesso aos grandes meios, nem mesmo, muitas vezes, gozam dos direitos mais elementares em uma sociedade de exclusão.

Bibliografia

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Ed. UFPE/Oito de Março, 2005.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Oito de Março, 2003.

CANUTO, Antônio et.al. (coord) *Conflitos no campo – Brasil 2007*. Goiânia: CPT Nacional, 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MOMESSO, Luiz A. *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: Ed. UFPE, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Ed. Presença, 1990.

Notas

¹ Professora do Departamento de História da UFPE.

² ADRIANO, Duarte Rodrigues. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1990, p. 104.

³ HOBSBAWM, Eric. “Trabalhadores do mundo”. In: *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p 192.

⁴ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 89.

⁵ *O Tear*. Maio 1952, Nº 13, p. 3. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁶ Arquivo DOPS, pasta 7246 – Sindicato Camponês de Pernambuco.

⁷ JULIÃO, Francisco. *Cartilha do Trabalhador do Campo*. s/d.

⁸ Na época, chamada Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

⁹ Alguns partidos de esquerda clandestinos já atuavam e outros, que então se formaram, procuraram, após a ditadura, atuar no campo; para isso produziram jornais e boletins, mas foram duramente reprimidos pela ditadura e ignorados ou denunciados pelo sindicalismo oficial. O presente artigo não trata de sua comunicação.

¹⁰ A Igreja Católica utilizara o rádio ainda nos anos 50, no Rio Grande do Norte, para desenvolver um programa de alfabetização de adultos. Esta experiência, juntamente com outra levada a efeito em Aracaju, serviu de base para a organização do Movimento de Educação de Base – MEB, criado em 1961, com a mesma finalidade.

¹¹ José Patriota, assessor da FETAPE – entrevista concedida a Ricardo Duarte em 09 de novembro de 1996.

¹² Severino da Luz, assessor da FETAPE – entrevista concedida à autora em 10 de julho de 1997.

¹³ Idem.

¹⁴ Arquivo da FETAPE – Programas de Rádio.

¹⁵ MOMESSO, Luiz A. *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: Ed. UFPE, 1997, p. 113.

¹⁶ *O Vagalume*. FETAPE. Julho de 1979. Ano 1. Nº 3, p 4.

¹⁷ *O Vagalume*. FETAPE. Novembro e dezembro de 1979. Ano 1. Nº 4, p. 2.

¹⁸ *O Vagalume*. FETAPE. Julho de 1979. Ano 1. Nº 3, capa.

¹⁹ *Açúcar com gosto de sangue – violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984. Arquivo FETAPE.

²⁰ *O Vagalume*. FETAPE. Novembro e dezembro de 1979. Ano 1. Nº 4, p. 2.

²¹ Ibidem.

²² Avelino Laurentino da Silva. *A luta dos trabalhadores e a CONCLAT*. João Pessoa: Comissão Executiva Pro-Unidade Sindical, 1982.

²³ *Camponeses Unidos lutam por seus direitos*. Campanha salarial 1981. Arquivo FETAPE.

²⁴ *Açúcar com gosto de sangue – violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984. Arquivo FETAPE.

